ANFIP
INOVAÇÃO E LUTA!
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
LINHA DIRETA
Comunicado nº III (Ano XXVI) Brasília, 31 de março de 2019

Relançada Frente em Defesa da Previdência

Senadores, deputados, representantes de entidades sindicais e sociedade civil reuniram-se dia 20/3, na Câmara dos Deputados, para o relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social. "Hoje é um dia histórico em que nos unimos para que, juntos, possamos barrar essa reforma danosa. Ela deve ser feita pelo caminho fiscal, de combate à sonegação e às fraudes e que melhore a arrecadação e a administração tributária", enfatizou o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto.

A ANFIP esteve representada no evento pelos vice-presidentes Sandra Tereza Paiva Miranda (Executiva), Ilva Franca (Assuntos Parlamentares), Décio Bruno Lopes (Assuntos da Seguridade Social), Dejanira Freitas Braga (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), José Avelino da Silva Neto (Aposentadorias e Pensões), Luiz Cláudio de Araújo Martins (Política de Classe) e Cesar Roxo Machado (Estudos e Assuntos Tributários). A presidente da Fundação ANFIP, Aurora Maria Miranda Borges, também esteve presente.

Chile e Argentina: privatização fracassada

Os especialistas Recaredo Galvez, do Chile, e Julio Fuentes, da Argentina, falaram dos impactos da privatização do sistema previdenciário em seus países.

Recaredo Galvez é cientista político da Fundación Sol e especialista previdenciário no Chile. Ele alertou que o único setor a ganhar com a privatização da seguridade é o capital financeiro. "Estamos sofrendo um caos no sistema de aposentadoria. As pensões que estão pagando não alcançam o salário mínimo, que já é muito baixo no Chile. As AFPs [administradoras de fundos de pensão] foram criadas sem qualquer tipo de debate. Foi um processo ditatorial que se privatizou não só a previdência, mas os sistemas de saúde e educação, criando um caos no país", denunciou Galvez.

Julio Durval Fuentes, presidente da Confederação Latino-Americana de Trabalhadores Estatais (CLATE), ressaltou que a América Latina está observando o que está acontecendo com a Previdência no Brasil. "Estamos seguindo com atenção e preocupação as tratativas de quem, ocupando a Presidência, tem a intenção de privatizar o sistema previdenciário", disse o especialista. Fuentes contou como a Argentina, que viveu por mais de uma década a capitalização da Previdência, de 1993 a 2008, conseguiu voltar ao sistema estatal de repartição. "Foi graças à luta dos aposentados", frisou.

Reforma Solidária

O economista Eduardo Fagnani destacou a importância da reforma tributária dentro do contexto da Previdência, especialmente para evitar a destruição do sistema de proteção social. "O que está por trás da PEC 6/19 é promover a transição brutal no modelo de sociedade pactuado em 1988, conquistado após décadas de lutas pela redemocratização e a instituição da cidadania plena", lamentou. Para Fagnani é preciso pensar numa reforma tributária que retire a tributação do consumo e recaia sobre o patrimônio e a renda, antes de se mudar o pacto federativo.

Workshop alinha informações
Página 2

ANFIP atua como *Amicus Curiae* no Bônus
Página 3

Giro da Previdência: Principais acontecimentos
Página 5

Workshop discute aspectos da reforma da Previdência

O II Workshop de Previdência Social – A Reforma na PEC 6/2019 foi realizado dia 19/3, em Brasília, promovido pela ANFIP, em parceria com a Fenafisco (Fisco Estadual e Distrital) e Anprev (Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais), para alinhar informações sobre a proposta em tramitação.

A vice-presidente Executiva da ANFIP, Sandra Tereza Paiva Miranda, destacou a importância do evento no intuito de impedir a aprovação da PEC 6/2019. "Estamos aqui para fazer uma análise profunda da reforma, buscando uma união maior entre as entidades para que possamos ir para essa batalha com armas estratégicas eficazes, porque sabemos que não se trata de uma reforma, mas de um desmonte do sistema de Seguridade Social", enfatizou.

A alternativa que as entidades defendem como a mais sustentável e adequada, segundo Charles Alcantara, presidente da Fenafisco, é pela via do fortalecimento da receita pública, por meio da Reforma Tributária. "Com a mera reestruturação da tabela do IRPF podemos arrecadar R$ 1,5 trilhão em 10 anos, atingindo apenas os que ganham acima de 40 salários mínimos mensais. Estamos falando de 750 mil pessoas, menos de 0,5% da população brasileira. Assim, evitamos que o governo piore a vida de 35 milhões de pessoas", alertou.

A ANFIP esteve representada no workshop pelos vice-presidentes Décio Bruno Lopes (Assuntos da Seguridade Social), Ilva Maria Franca Lauria (Assuntos Parlamentares), Luiz Cláudio de Araújo Martins (Política de Classe), José Avelino da Silva Neto (Aposentadorias e Pensões), e do assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero. A presidente da Fundação ANFIP, Aurora Maria Miranda Borges, também esteve presente.

Numa clara invasão de atribuições, Ministério da Justiça analisará tributação de cigarros

Mantendo o ritmo incessante de surpresas a que a nação vem sendo submetida, foi publicada a Portaria MJSP nº 263, de 23/03/2019, que institui grupo de trabalho, no âmbito do Ministério de Justiça e Segurança Pública, para avaliar a conveniência e oportunidade da redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil.

Por que um grupo que vai avaliar mudanças na tributação é formado no âmbito do Ministério de Justiça e Segurança Pública? O que vincula tributação à segurança pública ou justiça?

Sabemos que o contrabando domina mais de 40% do mercado de cigarros, decorrente da política de preço mínimo, falida há vários anos. Porém, o objetivo deste grupo não é encontrar formas de reprimir o contrabando, mas estudar a possibilidade de estabelecer uma nova tributação para o setor.

Para a ANFIP, a portaria constitui uma invasão inexplicável e inaceitável das atribuições legais da Receita Federal do Brasil, que não deve aceitar participar dos trabalhos como mera convidada.

Aberto o precedente, talvez o próximo passo seja o Ministério da Justiça estabelecer as alíquotas do Imposto de Renda.

Contagem de tempo de serviço é pauta de debate

O workshop Medidas Judiciais para Averbação de Tempo de Serviço para Aposentadoria no Serviço Público foi acompanhado pelo presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, dia 12/3, em Brasília. O workshop foi realizado pelo Fárag & Vieira Advogados e Consultores, com apoio da ANFIP.

"Observamos sempre casos muito específicos em que a pessoa deixa de se aposentar por causa de um dia, uma semana, seis meses, tendo que cumprir uma regra de transição e o seu período de aposentadoria sendo estendido. Essa é uma discussão que levantamos aqui e é também um tipo de serviço que a ANFIP pretende oferecer a seus associados", destacou Floriano Sá Neto.

Expediente **Linha Direta**

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação mensal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com tiragem de 9 mil exemplares. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Ilma Pelizon dos Santos

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Indiara Oliveira e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIOS
Bruna Nogueira Ribeiro
Tiago Kirixi

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Cesar Roxo Machado
Floriano Martins de Sá Neto
Ilma Pelizon dos Santos (coordenadora)
Luiz Cláudio de Araújo Martins
Marluce do Socorro da Silva Soares
Sandra Tereza Paiva Miranda

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
www.anfip.org.br
Inovação e Luta!

www.instagram.com/anfip_ www.facebook.com/anfipnacional www.twitter.com/anfipnacional www.youtube.com/anfipoficial

Nota oficial sobre o processo GDAT

A ANFIP vem informar quanto aos últimos acontecimentos referentes ao processo e liberação dos valores da ação GDAT 1999.

A União interpôs apelação em face da sentença proferida nos autos dos embargos à execução apresentados pelo ente público, que determinou o prosseguimento das execuções.

Inicialmente, a apelante, e neste caso, a União, se opôs aos seguintes itens:

• A inclusão nos cálculos do benefício do art. 184, II da Lei nº 1.711/52;

• Alegou que o índice a ser utilizado deveria ser a TR, e não o IPCA-e;

• Limitação territorial da entidade;

• Inexistência do título executivo aos falecidos durante a tramitação do processo; e

• Verbas honorárias sucumbenciais.

O órgão julgador entendeu que a apelação preenchia todos os requisitos do pedido de efeito suspensivo, que de outro modo, poderia provocar dano irreparável a União. Assim, deferiu o pedido de efeito suspensivo até o trânsito em julgado, mantendo o bloqueio dos valores, visando a possibilidade de interposição de outros recursos.

Todavia, quanto aos itens elencados acima, o recurso não foi conhecido pelo TRF1, inclusive no tocante aos beneficiários falecidos, o órgão ressaltou que o levantamento dos valores dependerá da habilitação perante o juízo da execução.

No quesito referente aos honorários advocatícios sucumbenciais, segundo o advogado Aldir Passarinho Filho, patrono originário da causa, nas ações coletivas, para fins de cálculo dos percentuais previstos na norma processual, deve ser fixada tomando como base o quantum (valor) que cada um dos representados irá receber e não o todo, assim descrito:

• Portanto, é tese adotada pelos Tribunais nacionais que a condenação em honorários sucumbenciais se faz de modo proporcional a cada exequente litisconsorte ativo, e, de modo consequente, o percentual há de ser calculado, para fins de incidência dos percentuais do art. 85, parágrafo 3º, do Código de Ritos atual, de modo igualmente individualizado.

Pelo exposto, embora a ANFIP tenha sido vencedora naqueles pontos destacados, os desembargadores entendem que ainda cabe recursos a instâncias superiores e que o bloqueio dos valores permanece até o trânsito em julgado.

Conforme notícia divulgada em 27/2, a ANFIP permanece acompanhando todos os trâmites a fim de resguardar o direito dos associados. A próxima providência será impetrar Recurso Especial no Superior Tribunal de Justiça. Em vista disso, não há como definir prazos para liberação desses valores, visto que dependerá da admissibilidade do recurso e posterior julgamento.

Casos de falecimento - Importante ressaltar que as contas permanecem bloqueadas pelos motivos descritos. Embora o art. 2º da Lei nº 13.463/2017 estabeleça que os precatórios depositados há mais de dois anos devam retornar aos cofres públicos, houve decisão pelo juiz da execução, que tal ato ocorre apenas por inércia dos credores, o que não é o caso, visto que apenas não houve o levantamento dos precatórios ou RPV's por decisão judicial.

Aqueles que já apresentaram pedido de habilitação junto a outros advogados devem entrar em contato com estes profissionais para verificar o andamento de tal procedimento.

No tocante às pensionistas ou herdeiros que ainda não realizaram a habilitação, e optem por adiantar este procedimento, poderão realizá-lo diretamente com o Setor Jurídico da Entidade. Ademais, para os casos em que houve o retorno aos cofres públicos referente ao valor da primeira parcela, valor incontroverso, o setor também estará realizando e acompanhando estes procedimentos.

Para mais informações, entre em contato com o Jurídico da ANFIP, preferencialmente através do e-mail juridico@anfip.org.br, WhatsApp (61) 98176-9051 ou pelo telefone 3004-9197.

ANFIP é admitida como *amicus curiae* em processo do Bônus

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas, relator da ação ordinária sobre o pagamento do Bônus de Eficiência, admitiu o ingresso da ANFIP como *amicus curiae* no processo TC 005.283/2019-1, que trata dos valores pagos aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Assim, a Associação passa a ter poderes para apresentar memoriais e, eventualmente, produzir sustentação oral.

Na última sessão plenária do TCU, em que o Tribunal manifestou que o pagamento dos Bônus seria "ilegal, viola as leis orçamentárias e a própria Lei de Responsabilidade Fiscal", o ministro Bruno Dantas fez pedido de ordem ao presidente da Corte para levar o processo em sessão posterior, o que foi aceito.

A ANFIP segue na defesa dos direitos dos seus associados e se mantém fortalecida em sua atuação no referido processo, visando garantir o recebimento do Bônus de Eficiência pelos Auditores Fiscais.

Ingresso da ANFIP - *Amicus curiae* é uma expressão latina que significa "amigo da corte" ou "amigo do tribunal". É uma pessoa ou instituição com qualificação e representatividade que não participa diretamente da causa e é autorizada a auxiliar o tribunal, provocada ou voluntariamente, oferecendo esclarecimentos e subsídios sobre questões essenciais ao processo.

Na FGV, ANFIP cobra dados do governo

A ANFIP participou do seminário Reforma da Previdência, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), dia 18/3, no Rio de Janeiro (RJ). O objetivo do evento foi fazer uma ampla reflexão sobre o sistema previdenciário brasileiro, a partir da análise das dificuldades e dos principais desafios para a implementação da reforma da Previdência.

O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, participou do painel Regime Geral de Previdência Social: Resultado e Projeções Atuariais para o Trabalhador Urbano e Rural. "Já foram feitas reformas, como o Fator Previdenciário e a Fórmula 85/95 progressiva, com objetivo de postergar as aposentadorias. Também foram feitas reformas no RPPS, tornando-o híbrido [com parte sobre o teto do INSS e parte com capitalização via Funpresp]. Tanto que a necessidade de financiamento é decrescente a partir de 2026", explicou.

Floriano Sá Neto apresentou ainda dados sobre o sistema previdenciário nos últimos anos e cobrou retorno sobre informações que devem ser fornecidas pelo governo. "O governo não fala que é um problema fiscal? Precisamos saber exatamente quanto vai nos custar essa reforma. Não que tenhamos dúvidas em relação aos números divulgados pelo governo, mas queremos ter acesso pelo menos aos micro dados para fazermos nossas análises", reiterou o presidente da ANFIP.

O seminário contou com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, do vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, do presidente do Tribunal de Contas da União, José Múcio Monteiro, entre outros.

XXVII CN: Número de candidatos a convencionais é recorde

A ANFIP divulgou a lista dos inscritos para concorrer às vagas de convencionais para a XXVII Convenção Nacional, que acontece de 30 de maio a 2 de junho, no Quality Hotel e Suites, em Brasília. Nesse ano, o número de candidatos foi recorde! São 113 associados nos estados que concorrem a 68 vagas. A lista completa está no hotsite da Convenção.

"Isso é sinal de que o associado está acompanhando atentamente a Entidade e resolveu estar mais perto dos debates sobre os destinos da Associação", afirma o presidente Floriano Martins de Sá Neto.

As eleições dos concorrentes à convencional aconteceram no dia 1º de abril, por meio de voto presencial nas urnas das Associações Estaduais ou por correspondência, a partir do recebimento da Cédula Única. A proclamação e divulgação dos convencionais eleitos será feita pela ANFIP no dia 9 de abril. Acompanhe na página da internet.

Todas as informações do evento, como programação, inscrições, dispensa de ponto e hospedagem, estão no hotsite da Convenção, na página convencao.anfip.org.br.

Benefícios

Tarifas exclusivas do Banco Alfa

O Banco Alfa, parceiro da ANFIP, tem descontos especiais aos associados da Entidade. O empréstimo consignado está com taxas a partir de 0,99% a.m, com liberação rápida e parcelas que cabem no bolso. Acesse a plataforma de benefícios e confira.

Rio Quente: Festival de Dança

Rio Quente
parques & resorts

Atenção associados da ANFIP! O Complexo Rio Quente promove o Festival Ginga, uma programação especial para quem ama dançar e quer se divertir em meio à beleza natural do Cerrado, entre os dias 7 a 13 de abril. Mais informações pelo (11) 3512-4830 ou pelo e-mail convenio@aviva.com.br.

Ative seu cadastro no Clube de Vantagens!

ANFIP Tem+ Vantagens

A ANFIP oferece aos seus associados parceria com a Marktclub, maior clube de vantagens do país, oferecendo uma nova plataforma de descontos: o "Anfip tem + Vantagens".

Para usufruir dos benefícios, é preciso ATIVAR o cadastro na plataforma. Acesse www.anfip.org.br e confira as informações.

No seu Estado

RJ: ANFIP do Futuro Itinerante

Aconteceu na ANFIP-RJ, dias 19 e 20/3, o ANFIP do Futuro Itinerante. No Rio de Janeiro, uma equipe foi montada para fazer atendimento direto aos presentes. A área Assistenciais, com todos os convênios e benefícios disponíveis, e o Jurídico, com equipe da ANFIP e do Mota & Advogados Associados. “Desenvolvemos aqui os novos tempos na prestação de serviços aos associados”, disse Floriano Martins de Sá Neto, presidente da ANFIP. Também participam da reunião as vice-presidentes de Planejamento e Controle Orçamentário, Valdenice Seixas Elvas, e de Comunicação Social, Ilma Pelizon, e a presidente da ANFIP-RJ, Leila Signorelli.

CE: Debate na Assembleia Legislativa

A ANFIP-CE esteve presente na audiência pública sobre a PEC 6/2019, no dia 11/3, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em Fortaleza (CE), com a presença do ex-ministro da Previdência, Carlos Gabas, e de vários deputados federais e estaduais, dentre eles, os deputados federais José Guimarães (PT/CE) e Paulo Pimenta (PT/RS). Já no dia 12/3, a ANFIP-CE participou da palestra “Imposto de Renda 2019”, com abordagens sobre Imposto de Renda 2019, Campanha Destinação e Malha Fiscal, realizada pela Receita Federal do Brasil, no auditório do Ministério da Economia.

PR: Protesto contra a reforma

A Força Sindical do Paraná, em conjunto com as principais centrais sindicais do estado, saiu às ruas dia 22/3 para protestar contra a atual proposta da reforma da Previdência, considerada como o “fim da aposentadoria”. Além da grande caminhada, foram realizados atos nos principais cruzamentos da cidade. A vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas da ANFIP, Dejanira Freitas Braga, esteve presente na mobilização.

MG: Vice-presidente da ANFIP é condecorada

A vice-presidente de Assuntos Parlamentares da ANFIP, Ilva Maria Franca Lauria, foi uma das homenageadas, dia 25/3, pelos sindicatos dos Policiais Rodoviários Federais de Minas Gerais e dos Policiais Federais de Minas Gerais. Em cerimônia realizada em Belo Horizonte, Ilva Franca foi condecorada com um diploma em “reconhecimento aos relevantes trabalhos prestados junto à sociedade, atuando em prol da segurança pública, demonstrando dedicação, comprometimento e responsabilidade”.

Jusprev discute previdência associativa

O vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social da ANFIP, Décio Bruno Lopes, participou da reunião da Jusprev com o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, e seu adjunto, Bruno Bianco Leal, dia 18/3.

Durante a reunião foram discutidas possibilidades de alteração na legislação da previdência complementar de forma a permitir que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar instituídas por entidades de classe possam administrar planos de benefícios patrocinados, além dos planos instituídos.

Essa pode ser uma alternativa para servidores que, em vez de terem planos patrocinados em entidades abertas, possam escolher entidades que tenham maior identidade entre os seus participantes, a exemplo de entidades pertencentes a Carreiras Típicas de Estado.

Tanto o secretário geral quanto o seu adjunto foram receptivos às sugestões e ficaram de estudar a viabilidade jurídica, que envolve alteração constitucional e alteração nas Leis Complementares nºs 108 e 109, que regulamentam o assunto.

A Jusprev foi representada pela presidente, Antônia Lélia Neves Sanches, pela Gerente Geral, Deborah Maggio, e pela ex-presidente da Jusprev e Conselheira do CNJ Maria Tereza Uille Gomes.

Giro da Previdência

Reunião com Boulos analisa mobilização

O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, participou de reunião dia 25/3, na Câmara dos Deputados, com um dos líderes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Guilherme Boulos, para discutir estratégias de mobilização junto à sociedade contra a reforma da Previdência (PEC 6/2019).

Na ocasião, os presentes entenderam ser necessário intensificar o diálogo direto com a sociedade, de maneira ampla e didática, mostrando contrapontos ao discurso falacioso do governo e apresentando alternativas à reforma da Previdência, além de desmistificar a ideia de que o sistema de proteção social está falido, o que não é verdade.

Boulos convidou a ANFIP e a Fenafisco para participar de seminários e debates nos estados sobre a PEC 6/2019.

ANFIP é recebida por deputado General Girão

O presidente Floriano Martins de Sá Neto e o presidente da Fenafisco (Fisco Estadual e Distrital), Charles Alcantara, estiveram dia 25/3 com o deputado General Girão (PSL/RN), em seu gabinete na Câmara dos Deputados. O objetivo da agenda foi levar ao representante a preocupação das entidades em relação à reforma da Previdência (PEC6/2019).

Na oportunidade, Floriano Sá Neto entregou as publicações da Entidade sobre o tema, como as cartilhas temáticas e a Análise da Seguridade Social, e o material desenvolvido pelo movimento Reforma Tributária Solidária, realizado em conjunto com a Fenafisco.

Deputado convidado para evento em Curitiba

A vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas da ANFIP, Dejanira Freitas Braga, se reuniu com o deputado federal Aliel Machado (PSD/PR), dia 26/3, em Brasília. Durante o encontro, Dejanira convidou o parlamentar para participar do Seminário Reforma da Previdência e a Desconstrução do Sistema de Seguridade Social Brasileiro. O evento será realizado nos dias 8 e 9 de abril, em Curitiba (PR).

Senadores recebem publicações da ANFIP

A vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário da ANFIP, Valdenice Seixas Elvas, esteve com os senadores Omar Aziz (PSD) e Plínio Valério (PSDB), ambos do estado do Amazonas, dia 13/3. Para subsidiar os debates sobre as reformas estruturantes em curso, especialmente a da Previdência, foram entregues aos parlamentares as publicações 30 anos da Seguridade Social – Avanços e Retrocessos e a Reforma Tributária Necessária. "A visita foi importante para apresentar a ANFIP, interlocutora responsável por esses temas de alta relevância para a sociedade brasileira", avalia Valdenice Seixas.

Seminário na Câmara aborda reforma e mercado financeiro

O presidente Floriano Martins de Sá Neto participou dia 25/3 da palestra "A Reforma da Previdência e o Mercado Financeiro", na Câmara dos Deputados, em Brasília, com o economista Eduardo Moreira e a coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli.

Floriano Sá Neto reafirmou o compromisso da ANFIP em lutar contra o projeto da reforma da Previdência. "Vamos fazer as frentes parlamentares nos estados, e levar também as discussões para as assembleias estaduais, prefeituras e para todo o Brasil. A Previdência Social é a política pública mais importante que temos, se ela cair, cai um pedaço do Brasil", afirmou.

ANFIP participa de reunião com o presidente da OAB

As reformas tributária e previdenciária foram pauta da reunião realizada entre a ANFIP e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dia 25/03, em Brasília. O encontro também contou com a participação da Fenafisco (Fisco Estadual e Distrital).

O presidente Floriano Sá Neto apresentou os principais pontos da Reforma Tributária Solidária, com dados, estudos e propostas para uma reforma, sem aumento na carga tributária. O presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, propôs a criação de um grupo em conjunto para trabalhar em sugestões.

Entidades apresentam dados na Casa Civil

A vice-presidente Executiva da ANFIP, Sandra Tereza Paiva Miranda, participou dia 1º/3 da reunião organizada pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) e pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Na ocasião, os dirigentes apresentaram ao ministro ressalvas em relação à migração para a previdência privada, aumento desproporcional da contribuição previdenciária com alíquotas progressivas, o comprometimento dos direitos sociais, a ausência de regras de transição claras e justas, a forma cruel com que os já aposentados, incluindo as decorrentes de invalidez e pensionistas, são tratados no bojo da proposta.

Seminário reúne lideranças políticas no Rio

A Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) e a Federação das Mulheres Fluminenses (FMF) realizaram dia 22/3, no Rio de Janeiro, o Seminário "Reforma da Previdência: Ruim para todos, pior para as mulheres". O debate fez parte das manifestações do 8 de Março, Dia Internacional das Mulheres, e integra a campanha das entidades contra a reforma da Previdência.

Participaram como palestrantes a deputada Jandira Feghalli (PCdoB-RJ), líder da Minoria na Câmara Federal, o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da Oposição na Câmara dos Deputados, Vilson Romero, assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Warley Martins, presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados (Cobap), e a deputada Enfermeira Rejane (PCdoB-RJ).

Comissão do Senado Federal debate reformas

A ANFIP esteve presente dia 18/3 em audiência pública no Senado Federal com o tema Previdência e Trabalho, para debater com entidades de aposentados e pensionistas. A sessão foi realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e presidida pelo senador Paulo Paim (PT/RS). O vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social da ANFIP, Décio Bruno Lopes, esteve na audiência representando a Entidade.

OAB/RS promove audiência pública

A Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul (OAB/RS) realizou dia 21/3, em Porto Alegre (RS), audiência pública para discutir a PEC 6/2019. O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, esteve presente no encontro, juntamente com o ex-deputado Pepe Vargas (PT/RS), o presidente da Fetapergs, José Pedro Kuhn, o coordenador da União Gaúcha em Defesa da Previdência, Claudio Martinewski, o presidente da OAB/RS, Ricardo Breier, e o presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/RS, Tiago Kidricki.

Frente Gaúcha é relançada em Porto Alegre

O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, participou da audiência pública para o relançamento da Frente Gaúcha em Defesa da Previdência Social, dia 15/3, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre (RS). Formada por 40 entidades representantes de trabalhadores dos segmentos público e privado, a Frente quer debater as mudanças no sistema previdenciário proposto pelo governo federal e que estão tramitando no Congresso como PEC 6/2019. Há preocupação das entidades com os prejuízos que as mudanças vão causar na aposentadoria dos trabalhadores brasileiros.

Impacto da reforma previdenciária para as mulheres

O presidente Floriano Sá Neto participou do debate "Desmonte da Previdência: ruim para todos, pior para as mulheres", promovido dia 26/03, em Brasília, pela União Brasileira das Mulheres (UBM).

Para entender melhor os impactos da reforma da Previdência, leia o documento: PEC 06/2019 – as mulheres, outra vez, na mira da reforma da Previdência, disponível no hotsite Previdência, na página da ANFIP, com conteúdo exclusivo sobre a reforma.